



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**GINA APARECIDA NEVES**

**ATUAÇÃO DO CUIDADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS 0 A 3 ANOS**

**MARIANA-MG**

**2025**

GINA APARECIDA NEVES

**ATUAÇÃO DO CUIDADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DE 0 a 3 ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a aprovação na disciplina de Seminários VII EDU 023. No curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Professor Erisvaldo Pereira dos Santos

Professora Dra. Aline Cristina de Souza

MARIANA-MG

2025



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Gina Aparecida Neves**

### **Atuação do cuidador na educação infantil de crianças de 0 a 3 anos**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 03 de março de 2026

#### Membros da banca

Doutora Aline Cristina de Souza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutor Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Aline Cristina de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1080184** e o código CRC **02E09723**.

## RESUMO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel decisivo no desenvolvimento integral da criança. Mais do que um espaço de cuidado, é um ambiente educativo estruturado que articula experiências, interações e brincadeiras como eixos fundamentais da aprendizagem. Atualmente, esta etapa conta com a atuação de 0 a 3 anos de cuidadores, trata-se de profissionais de nível médio que acompanham as crianças e desenvolvem atividades diferentes com elas. Diante do exposto, este trabalho teve objetivo identificar, a partir da revisão bibliográfica, a formação continuada ofertada aos cuidadores que atuam na Educação Infantil e analisar seu impacto no trabalho desenvolvido para a autonomia das crianças na Educação Infantil. Para tanto, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, com recorte de 2015 a 2025, na base de dados Scielo e Portal de Periódicos Capes. Os resultados obtidos demonstram a escassez de estudos na temática, a literatura evidencia que esse profissional desempenha funções essenciais relacionadas ao cuidado, a proteção e atendimento das necessidades básicas da criança pequena em uma creche. Tais ações contribuem para o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento integral dela. Apesar de sua relevância no contexto institucional, a figura do cuidador ainda é pouco discutida na produção científica brasileira, o que deve, em grande parte, à predominância de estudos voltados ao papel do professor e a ausência de uma regulamentação nacional padronizada para a função. Além disso, os estudos não evidenciam cursos de formação continuada para este público.

**Palavras-Chave:** Cuidador; Educação Infantil; Desenvolvimento; Autonomia

## **ABSTRACT**

Early Childhood Education constitutes the first stage of Basic Education and plays a decisive role in the integral development of the child. More than just a space for care, it is a structured educational environment that articulates experiences, interactions, and play as fundamental axes of learning. Currently, this stage involves caregivers for children aged 0 to 3 years; these are mid-level professionals who accompany the children and develop different activities with them. Given this, this work aimed to identify, through a literature review, the continuing education offered to caregivers working in Early Childhood Education and to analyze its impact on the work developed for the autonomy of children in Early Childhood Education. To this end, a literature review study was conducted, covering the period from 2015 to 2025, in the Scielo and Portal de Periódicos Capes databases. The results obtained demonstrate a scarcity of studies on the subject; the literature shows that this professional performs essential functions related to the care, protection, and fulfillment of the basic needs of young children in a daycare center. These actions contribute to their well-being, safety, and integral development. Despite its relevance in the institutional context, the figure of the caregiver is still little discussed in Brazilian scientific production, largely due to the predominance of studies focused on the role of the teacher and the absence of standardized national regulations for the function. Furthermore, studies do not show evidence of continuing education courses for this population.

**Keywords:** Caregiver; Early Childhood Education; Development; Autonomy

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1. Educação Infantil.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2. Cuidador na Educação Infantil.....</b>	<b>11</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>6. REFERÊNCIA.....</b>	<b>20</b>

## 1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre a atuação dos cuidadores na Educação Infantil junto a crianças de 0 a 3 anos. A idealização desta temática surge, a partir de minha trajetória profissional em escola pública, localizada no município de Ouro Preto. Trata-se de uma cidade de médio porte localizada no interior de Minas Gerais. A experiência prática me proporcionou e revelou a importância cotidiana do cuidador para o desenvolvimento integral de crianças pequenas e evidenciou, ao mesmo tempo, a invisibilidade desse profissional no debate educacional mais amplo.

Embora o cuidador não seja professor, ele desempenha um papel essencial no processo educativo, garantindo o cuidado, bem-estar físico e emocional das crianças de 0 a 3 anos, especialmente durante os momentos de alimentação, higiene, descanso, interações e brincadeiras. A atuação desse profissional ocorre em parceria com o corpo docente e é fundamental para a construção de vínculos afetivos, rotinas seguras e ambientes acolhedores, promovendo assim, o desenvolvimento e a autonomia infantil.

No entanto, torna-se necessário indicar que a função do cuidador no Município da cidade de Ouro Preto é regulamentada pelas leis Complementares nº21/2006 e nº 76/2010, que instituem o cargo de cuidador de criança no âmbito da rede pública, exigindo como titulação para atuação no cargo, o ensino médio completo. Somado a isso, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996), que valoriza o cuidado como parte essencial na Educação Infantil. Apesar de estar previsto nas leis acima citadas a relevância da função do cuidador, ainda é possível observar, com certa recorrência, a sobrecarga de trabalho, baixos salários e pouca valorização institucional, além da falta de capacitação contínua. Essa distância entre o que está previsto na legislação e o que acontece dentro das escolas revela uma fragilidade estrutural que precisa ser enfrentada com políticas públicas mais efetivas. Promover a autonomia das crianças exige mais do que dedicação, requer formação adequada, ambientes planejados, escuta qualificada e, principalmente, valorização do cuidador como parte da equipe educativa, principalmente quando o cuidado se dirige a crianças atípicas.

Ao longo dos últimos anos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, tem sido o documento norteador do processo educacional brasileiro, ela enfatiza em diferentes momentos do seu texto a relevância do cuidar frente às crianças, além de estabelecer 6 direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer-se, além disso, estabelece os campos de experiências (O eu, o outro e o

nós; Corpo, gestos e movimento; Traços, sons, cores e formas; Escuta, Fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), a fim de preparar para que o acolhimento das crianças na Educação Infantil seja de forma segura, estável, e o ambiente passe confiança a elas. Desse modo, o cuidador trabalhará juntamente com o educador, ofertando todo o aparato necessário, tanto nas descobertas, nas interações, no conhecimento diário, como no auxílio recorrente junto ao papel pedagógico, no diálogo interativo e no cuidar, fazendo a mediação quando necessário nas brincadeiras, nos conflitos, na alimentação, na higienização, no convívio entre as crianças e os profissionais da instituição como um todo (Brasil, 2017).

O cuidar da criança na Educação infantil é reconhecido pelas principais leis e diretrizes brasileiras como parte essencial do processo educativo. A constituição Federal (1988) assegura o direito à educação e à proteção integral da criança, reforçado dos entes em garantir o bem-estar da criança, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sob a lei nº 8.069/1990, reconhece a criança como sujeito de direitos e destaca a importância de ações que promovem seu desenvolvimento integral, incluindo cuidados com a saúde, higiene, alimentação e proteção.

Nesta perspectiva legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob a lei nº 9394/96 define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com foco no desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social das crianças, ressaltando a indissociabilidade entre o cuidar e educar. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI resolução CNE/CEB nº5/2009) reforçam essa integração, apontando que os momentos de cuidados devem ser também momentos educativos, promovendo interações significativas.

Conforme a LDB, o cuidador no contexto da Educação Infantil exerce um papel fundamental que vai além das atividades básicas, garantindo ações como afetividade, interação, segurança e aprendizagem, contribuindo para criar um ambiente acolhedor e respeitoso, em que a criança se sinta protegida e estimulada a desenvolver sua autonomia, na linguagem, emoções e vínculos sociais, sua presença é essencial para o cuidar e o educar como práticas indissociáveis (Brasil, 1996).

Além disso, o cuidador deve respeitar os direitos das crianças como garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e seguir os princípios da escuta sensível, empatia, ética e valorização das diferenças. Sua atuação é mais relevante nas instituições que acolhem bebês e crianças pequenas, onde a dependência do adulto é maior.

Portanto, escolher e discutir o presente tema, permitiu a minha reflexão sobre a formação, os deveres, os direitos e a valorização desses profissionais, que muitas vezes, são invisibilizados nas políticas públicas e educacionais. Essa reflexão possibilita explorar de forma qualitativa e reflexiva, a participação do cuidador na educação oferecida às crianças, o compromisso com a inclusão do processo educativo e o reconhecimento de todos os profissionais que atuam nas Instituições escolares da Educação Infantil, além de fortalecer o debate sobre o cuidado como parte essencial do processo educativo.

Este estudo se faz necessário por três razões principais: 1) Pela urgência de valorizar o cuidador enquanto sujeito ativo do processo educativo; 2) Pela importância de dar visibilidade a esse profissional dentro da estrutura educacional da Educação Infantil, e; 3) Pela contribuição que esta reflexão acadêmica pode oferecer na construção de políticas públicas mais justas, humanizadas e alinhadas às necessidades reais das crianças e dos profissionais da educação.

Refletir sobre a identidade cultural na pós-modernidade permite compreender que a infância não pode ser pensada de forma homogênea. Cada criança traz histórias, referências e modos de vida que precisam ser valorizados no espaço escolar. Nesse sentido, o multiculturalismo traz para a educação infantil o desafio de lidar com realidades distintas, sem perder de vista a importância da valorização de cada criança em sua singularidade. Diante do exposto, este estudo tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento:

- Qual a formação continuada ofertada para o cuidador que atua junto a crianças na Educação Infantil? E qual o impacto da formação continuada para o cuidador no auxílio do desenvolvimento da autonomia de crianças que frequentam a Educação Infantil?

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo identificar, a partir da revisão bibliográfica, a formação continuada ofertada aos cuidadores que atuam na Educação Infantil e analisar seu impacto no trabalho desenvolvido para a autonomia das crianças na Educação Infantil.

Enquanto os objetivos específicos deste estudo são:

- Descrever o perfil profissional dos cuidadores que atuam com crianças na Educação Infantil;
- Identificar quais tipos de formação continuada são oferecidos aos cuidadores que atuam na Educação Infantil;
- Compreender, por meio da literatura, de que maneira as práticas dos

cuidadores influenciam o desenvolvimento da autonomia das crianças na Educação Infantil.

Diante do exposto, o presente estudo busca discutir mais profundamente sobre o cuidador e sua prática com crianças na educação infantil.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Educação Infantil**

A Educação Infantil como etapa fundamental na educação básica é destinada a crianças de 0 a 5 anos. Nessa fase, o foco não está apenas na aprendizagem de conteúdos, mas no desenvolvimento global da criança, envolvendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. É uma etapa fundamental que reconhece a criança como sujeito ativo, tendo a capacidade de expressar suas ideias, criar, imaginar e construir sentidos nas interações com outras pessoas e com o ambiente em que elas ocupam.

De acordo com a Constituição Federal (1988) no artigo 208 e inciso IV a Educação Infantil é direito das crianças e responsabilidade do Estado, que deve assegurar atendimento a creche e pré-escola municipais para crianças de 0 a 5 anos, assegurando que essa etapa deve promover condições adequadas de desenvolvimento e aprendizagem, reafirmando a relevância da educação como direito social e como política pública essencial, onde é obrigatoriedade das políticas públicas e educacionais oferta gratuitamente a Educação Infantil.

Além disso, o artigo 227, reforça que é propriedade absoluta garantir às crianças o direito à educação, ao desenvolvimento e à proteção integral. Entendo que a constituição coloca a Educação Infantil como uma etapa essencial para o desenvolvimento da criança, garantindo o acesso, cuidado, proteção e oportunidades de aprendizagem desde os primeiros anos de vida (Brasil, 1988).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 (LDB 1996), fundamenta-se que a Educação Infantil é apresentada como a primeira etapa da Educação Básica da criança no Brasil, tendo uma definição que objetiva o favorecimento no desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos, organizada em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas de (4 a 5 anos) considerando o bem-estar, a autonomia, a identidade e a convivência com outras crianças demonstrando que a lei reconhece a importância

dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano.

Ao pesquisar sobre Educação Infantil, nota-se a clareza da LDB com a finalidade da Educação Infantil, a fim de que esta promova o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos físicos sociais, cognitivos e culturais, mostrando que educar e cuidar são ações que não podem andar separadas, porque fazem parte da formação da criança pequena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI 2009) orientam que o trabalho pedagógico nessa etapa deve se fundamentar em princípios éticos, políticos e estéticos, garantida as práticas que valorizem a dignidade da criança, a igualdade de oportunidades e o respeito às diversidades. Essas diretrizes enfatizam uma organização de práticas que ocorre a partir das interações e brincadeiras reconhecidas como eixos estruturais da aprendizagem. A partir dessas orientações, compreende-se que a rotina escolar deve promover experiências significativas, nas quais as crianças possam explorar, sentir, experimentar e atuar sobre o mundo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017/2020), considera a Educação Infantil como parte da Educação Básica, etapa onde a criança é colocada como sujeito ativo e que protagoniza o seu processo de aprendizagem, alguém que observa, questiona, experimenta e constrói significados, interage com o mundo físico e social, desenvolve cultura, linguagem, pensamentos, sensações e emoções.

Reforça a concepção de criança como sujeitos de direitos e apresenta, como indicado anteriormente, seis direitos de aprendizagem (Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer), essas experiências são organizadas com o currículo, com os cinco Campos de Experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo gestos e movimento; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidade, relações e transformações) que são garantidos na Educação Infantil. O planejamento pedagógico nessa etapa deve ser levado em consideração aos eixos estruturais do cotidiano das crianças para uma orientação às práticas pedagógicas onde as crianças possam interagir com brincadeiras de forma natural e significativa.

Assim, a Educação Infantil, a partir da BNCC não é mais vista apenas como um espaço assistencial e, sim, compreendida como um ambiente educativo e promotor de desenvolvimento integral da criança, rompendo paradigmas e colocando a criança como protagonista, sendo capaz de pensar, criar, imaginar de forma ativa de tudo que a envolve. A BNCC também destaca a importância da inclusão, da diversidade cultural, do respeito às singularidades e da construção de ambientes seguros, acolhedores e

estimulantes. Isso exige que o trabalho do professor e do cuidador seja intencional, planejado e comprometido com o bem-estar da criança.

As pesquisas reforçam que a criança é o centro do processo educativo na Educação Infantil e que o papel dos profissionais consiste em criar condições para que ela explore, descubra, experimente e construa conhecimentos de forma integral, sendo um campo que integra cuidado, educação, cultura, afeto e direito, além de assegurar às crianças uma formação plena desde os primeiros anos de vida, envolvendo a diversidade social, cultural, e individual, dando valor ao protagonismo infantil, valorizando a identidade de cada criança, bem como o respeito às diferenças.

## **2.2. Cuidador na Educação Infantil**

O cuidador de criança é um profissional responsável por auxiliar no cuidado direto das crianças durante a rotina escolar. Esse cuidado envolve dimensões físicas, emocionais, sociais e relacionais, reconhecendo que cada criança tem necessidades próprias. O trabalho desse profissional de apoio ultrapassa ações básicas e exige sensibilidade, atenção e compreensão do desenvolvimento infantil.

É de suma importância a valorização do cuidador de criança, suas ações ajudam no desenvolvimento integral de criança da Educação Infantil de 0 a 3 anos, auxiliando na organização da rotina, acompanha na alimentação, higienização, repouso, apoia as crianças com necessidades específicas como (motoras, sociais, comunicativas ou emocionais), contribui para que elas tenham um acolhimento e o bem-estar no ambiente a serem inseridas, criam vínculo afetivo que favoreçam na segurança emocional e interagem como as crianças durante brincadeiras transições e atividades diárias.

Embora o cuidador de criança não seja o profissional responsável pelo planejamento pedagógico, ele participa diretamente das experiências de aprendizagem porque o cuidado também é educativo. A literatura reforça que o cuidado não é um ato mecânico, mas uma ação que envolve escuta, observação, presença e afeto. De acordo com as pesquisas realizadas, o cuidado com as crianças e a educação são dimensões inseparáveis, pois cada momento da rotina (trocar roupa, acolher no colo, ajudar a servir, o alimento, acompanhar ao banheiro) pode ser uma oportunidade de aprendizagem, comunicação e desenvolvimento de autonomia.

O cuidador atua, então, como parte essencial da equipe escolar, ele é um profissional que desempenha um papel único dentro das instituições escolar, o cuidado não é algo secundário, mas parte integrante do processo educativo e do desenvolvimento

da criança não atendendo somente às necessidades biológicas, e sim oferecendo presença, escuta e acolhimento (Zamberlan, 2002).

Ao pesquisar sobre a Educação Infantil e suas práticas cotidianas percebo que a presença do cuidador aumentou significativamente nos últimos anos, especialmente em instituições públicas, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) não menciona especificamente o cargo de cuidador, ela deixa claro que a educação Infantil deve assegurar práticas integrem o cuidar e educar, se inserindo para que os educadores possam desenvolver as experiências e os campos de aprendizagem previstos. na BNCC, enquanto ele como dito antes garante a assistência, respeitando a dignidade, o conforto e as necessidades individuais de cada criança.

A LDB nº 9.394/1996 em seus artigos sobre Educação Infantil, afirma que a etapa deve promover o desenvolvimento integral (aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. Isso reforça a importância de um profissional que não seja "auxiliar", mas alguém capacitado para mediar cuidados essenciais ao pleno desenvolvimento infantil. A LDB não decorre diretamente do cuidador, mas abre espaço para que os sistemas municipais organizem suas equipes de modo a garantir o atendimento adequado.

Os cuidadores chegam ao cargo buscando inserção profissional estável, enquanto outros migram de áreas como serviços gerais ou apoio escolar. A diversidade de idade revela que ainda não existe uma carreira consolidada, mas sim um conjunto de profissionais que se adaptaram às demandas escolares.

A qualificação é um dos pontos mais fragilizados da função, muitos cuidadores têm ensino médio completo, parte deles possui cursos rápidos, como cuidador escolar, agente de apoio ou formação em primeiros socorros.

As condições de trabalho variam conforme o município, as rotinas são intensas, turmas numerosas, o que aumentam a sobrecarga física e emocional, falta de reconhecimento profissional, já que muitos dos cuidadores não são vistos como parte da equipe pedagógica, poucos momentos de formação e participação em planejamento coletivo, com vínculos a maioria das vezes temporários, terceirizados ou por contratos administrativos.

Essas condições revelam uma precariedade no trabalho, embora a legislação indique que a Educação Infantil deve integrar, cuidar e educar, na prática, o cuidador nem sempre recebe respaldo institucional suficiente para exercer seu papel de forma digna e formativa.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, exploratória e bibliográfica, conforme os pressupostos apresentados por Maria de Andrade Marconi e Eva Lakatos na obra de Fundamentos de Metodologia Científica. A abordagem qualitativa justifica-se por buscar analisar a atuação dos cuidadores na Educação Infantil a partir de seus significados, práticas e relações estabelecidas no contexto escolar, não restringindo a dados numéricos. Conforme Marconi e Lakatos (2003) esse tipo de pesquisa volta-se à análise e interpretação aprofundada dos fenômenos sociais, permitindo compreender aspectos complexos do comportamento humano.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, especialmente diante das indefinições que marcam o papel do cuidador no espaço educacional. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa exploratória contribui para o esclarecimento e aprimoramento de ideias e conceitos.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, uma vez que se fundamenta em materiais já publicados. A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (Marconi; Lakatos, 2003, p.183). Assim o estudo apoia-se na análise crítica de produções acadêmicas e documentos legais, buscando compreender e problematizar a inserção do cuidador como profissional integrante do processo educativo na Educação Infantil.

A revisão bibliográfica foi realizada por meio do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relevantes, com ênfase em artigos científicos e documentos legais. As bases de dados utilizadas foram SciELO e o Portal de Periódico CAPES, priorizando estudos publicados no recorte de 2020 a 2025.

Nesse sentido, as plataformas mencionadas permitem o acesso a produções atualizadas e validadas pela comunidade científica, fortalecendo a qualidade da pesquisa. Descritores são:

- Cuidador na Educação Infantil
- Cuidador x criança x educação infantil
- Educação Infantil x autonomia
- Práticas x cuidador x autonomia
- Cuidador x formação

A análise de dados será realizada a partir da leitura completa e da discussão próximas dos textos selecionados.

#### 4. RESULTADOS

Serão apresentados os resultados encontrados na revisão bibliográfica.

Quadro 1. Quantitativo de estudos encontrados

DESCRITOR	SCIELO	PERIÓDICOS CAPES
cuidador na educação infantil	05	00
cuidador x criança x educação infantil	00	00
educação infantil x autonomia	00	01
práticas x cuidador x autonomia	00	00
cuidador x formação	00	04

fonte: própria autora

A partir da busca preliminar nas bases de dados Scielo e Periódicos Capes foram observadas lacunas no processo de investigação, ao todo encontramos seis artigos, sendo cinco na Scielo e um no Periódicos Capes. O quadro 2 apresenta os resultados obtidos após a leitura do título.

Quadro 2. Quantitativo de textos selecionados por título

DESCRITOR	SCIELO	PERIÓDICOS CAPES
cuidador na educação infantil	01	00
cuidador x criança x educação infantil	02	00
educação infantil x autonomia	00	01
práticas x cuidador x autonomia	00	00
cuidador x formação	00	00

fonte: própria autora

A partir da leitura dos títulos foram selecionados apenas dois artigos, um na base de dados Scielo e outro na base de dados Periódicos Capes. O quadro 3 apresenta os textos utilizados para leitura total e discussão dos mesmos.

Quadro 3. Textos selecionados para compor a discussão

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
Formação das monitoras das creches públicas de Vitória da Conquista - BA; uma análise do programa de formação de professor da educação básica	Geanni Oliveira Motta Isabel C. de J. Brandão	2017
Resistência de autonomia na educação infantil	Maria L. F. Bampi Virginia G. Schindhelm	2019
A correlação entre cuidar e educar a partir do olhar de monitoras e professoras de creche	Mércia C. B. dos Santos Arinalda Silva Locatelli	2023

Fonte: própria autora

Os resultados obtidos apresentam a escassez de literatura na temática explorada. Muitos descritores apresentam números negativos na busca, porque a nomenclatura utilizada “cuidador” reflete diferentes usos no cotidiano, como parentalidade (cuidado dos pais), cuidado assistencialista, cuidado de saúde, dentre outros. Mesmo quando o filtro é em caráter educacional, os estudos não discutem a temática investigada.

A partir dos três textos selecionados, tem-se a descrição de cada um dos estudos sendo um de 2017, um de 2019 e um de 2023. Os textos se debruçam sobre:

- A autonomia apresentada no cenário da educação infantil e a importância formativa;
- A relação entre o cuidado e o educar; e,
- A formação de monitores/as que atuam na educação infantil.

A formação do monitor que atua na Educação Infantil vem sendo discutida nos últimos anos, principalmente sob a ótica da responsabilidade para com o processo de desenvolvimento de bebês e crianças. Nesta perspectiva, tem-se o texto “A Formação e a Atuação das monitoras na Educação Infantil: Desafios históricos, Políticos de Formação e Práticas Pedagógicas” de Motta e Brandão (2017) e teve por objetivo levantar reflexões sobre experiências de crianças e as relações intersubjetivas representadas por figuras de autoridade, por condutas de indisciplina e por construções de autonomia moral no cotidiano escolar. A pesquisa destaca que a formação das monitoras fortalece o reconhecimento social e profissional, muitas vezes invisibilizadas nas políticas educacionais, evidenciando que a implementação de programas de formação continuada e políticas públicas estruturadas contribui para a valorização do trabalho educativo, promovendo ambientes de aprendizagem mais ricos e seguros, nos quais o cuidado e a educação se articulam de maneira integrada.

Dessa forma, a formação acadêmica de professoras e das monitoras/cuidadoras não apenas amplia suas competências pedagógicas, mas também consolida a Educação Infantil como etapa fundamental do desenvolvimento integral da criança, garantindo práticas mais reflexivas e qualificadas, alinhadas às diretrizes legais e curriculares nacionais (Motta; Brandão, 2017). A contextualização reforça que a qualificação das monitoras/cuidadoras impacta diretamente na qualidade da Educação Infantil, isso mostra que a atuação desse profissional na Educação Infantil com crianças de 0 a 3 anos depende de uma formação contínua e do seu reconhecimento principalmente no papel pedagógico, garantindo que o cuidado se transforma em prática educativa e de qualidade.

Diante desse cenário, a formação das monitoras/cuidadoras torna-se elemento central para a qualificação do atendimento às crianças pequenas. Programas de formação como o Plano Nacional de Professores da Educação Básica (PARFOR) ampliam o acesso à graduação em Pedagogia, voltado para profissionais em exercício nas redes públicas de ensino.

Neste contexto, o estudo produzido por Anjos e Locatelli (2023) intitulado “A Correlação Entre Cuidar e Educar a partir do olhar de Monitoras e Professoras da Creche” e teve como objetivo analisar a correlação entre professoras e monitoras das creches na cidade de Tocantinópolis (PARA). A pesquisa contou com um questionário direcionado a professoras e monitoras, com perguntas referentes ao planejamento e às relações de trabalho. Os resultados obtidos demonstraram que embora as monitoras participem diretamente nas atividades diárias das crianças, sua autonomia é limitada. Elas concentram-se, principalmente, em funções de apoio como higienizar, alimentar, supervisionar e acompanhar o bem-estar, enquanto as professoras assumem a liderança no planejamento e execução pedagógica. Essa hierarquia funcional, embora operacionalmente eficiente, restringe a participação das monitoras nas decisões pedagógicas na avaliação das atividades, evidenciando a necessidade de estratégias para ampliar a autonomia profissional (Anjo; Locatelli, 2023).

O artigo intitulado “Resistência e autonomia na educação infantil” de Bampi e Schindhelm (2019), aborda o conflito de autonomia na Educação Infantil, destacando a resistência das crianças diante das normas impostas pelas educadoras. A partir da observação de um episódio em que uma criança expressa o desejo de “pensar com a própria cabeça”. O texto discute como as relações de poder, indisciplina e autonomia se

manifestam nas práticas pedagógicas. O objetivo do estudo foi compreender as experiências infantis e as dinâmicas intersubjetivas em contexto escolares que envolve a construção da autonomia moral e os desafios da autoridade. Como método, adotou-se a observação participante ao longo de dois anos e meio em uma escola pública de Educação Infantil vinculada a uma Universidade, com análise qualitativa fundamentada em narrativas infantis como ferramenta para atribuir sentido às expressões vivenciadas. O estudo baseia-se na teoria sócio-histórica de aprendizagens de conceitos de Piaget e Foucault para refletir sobre o poder e a formação ética na Infância. Os resultados apontam que a indisciplina pode ser entendida como uma forma legítima de resistência que prova reflexão e o desenvolvimento da autonomia nas crianças evidenciando as necessidades de práticas pedagógicas que valorizem a escuta infantil e a criação de espaços de diálogo. A escola, nesse sentido, deve funcionar como um ambiente que promove a construção do conhecimento e do autogoverno, tomando progressivamente desnecessária a assimetria hierárquica entre educadores e crianças.

Diante do exposto, defende-se que a autonomia na Educação Infantil não pode ser compreendida como independência precoce ou antecipação de conteúdos escolares, mas como construção progressiva da capacidade da criança de agir, escolher, participar e se expressar em um ambiente mediado por interações significativas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), afirmam a criança como sujeito de direitos, ativa e produtora de cultura. No entanto, na prática, ainda persistem modelos escolarizantes que reduzem a autonomia à adaptação a rotinas rígidas ou à preparação para o ensino fundamental. Há, portanto, uma tensão entre uma concepção formativa emancipatória e práticas que antecipam exigências acadêmicas, esvaziando o sentido da infância como tempo próprio de experimentação e descoberta.

Nesse cenário, a indissociabilidade entre cuidar e educar constitui princípio estruturante. Historicamente, a Educação Infantil esteve vinculada a uma lógica assistencialista, especialmente no atendimento às crianças das classes populares. A superação dessa perspectiva exigiu reconhecer que o cuidado — alimentação, higiene, acolhimento, proteção — é também ato pedagógico. Contudo, ainda se observa, em muitas redes, a divisão hierárquica entre quem “cuida” e quem “educa”, reforçando desigualdades internas na própria organização do trabalho. Essa fragmentação compromete a integralidade da experiência infantil, pois o desenvolvimento não se organiza em compartimentos estanques. E é o que vemos com relação ao cuidador e o

professor.

É nesse ponto que emerge a questão da formação de cuidadores/monitores. Em muitas redes públicas, esses trabalhadores assumem funções centrais no cotidiano das instituições, especialmente em turmas de creche. Entretanto, frequentemente enfrentam precarização contratual, ausência de formação pedagógica consistente e pouca inserção nos espaços de planejamento coletivo. A desvalorização desses profissionais revela uma contradição: exige-se qualidade na Educação Infantil, mas não se garante formação adequada e condições de trabalho dignas a todos que nela atuam.

Assim, os três tópicos estão profundamente interligados. A promoção da autonomia infantil depende de práticas que integrem cuidado e educação de forma intencional e qualificada; e isso, por sua vez, requer investimento na formação e valorização de todos os profissionais envolvidos. Sem essa articulação, corre-se o risco de manter um discurso avançado sobre direitos da infância enquanto se reproduzem práticas fragmentadas e desiguais no cotidiano das instituições.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo teve por objetivo identificar, a partir da revisão bibliográfica, a formação continuada ofertada aos cuidadores que atuam na Educação Infantil e analisar seu impacto no trabalho desenvolvido para a autonomia das crianças na Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica revelou o que é percebido no cenário educacional atual, a fragilidade formativa, a não discussão da função do cuidador e a ausência de trabalhos que demonstram a relevância deste sujeito para o processo de desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Para tanto, foi possível compreender que a atuação do cuidador infantil é indispensável para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. A pesquisa evidenciou que, embora esse profissional esteja presente no cotidiano escolar e exerce funções fundamentais no cuidado, na mediação das interações e na construção da autonomia infantil, ainda enfrenta desafios relacionados à formação continuada, valorização e reconhecimento institucional.

Somado a isso, considera-se que o cuidador, em sua atuação, ultrapasse ações

assistenciais, pois contribui diretamente para a formação de vínculos, para a segurança emocional e para o fortalecimento das capacidades da criança em processo de descoberta e construção de autonomia.

Desta forma, julga-se importante ressaltar que investir em formação continuada, colabora para a melhora das condições de trabalho e para que haja maior integração do cuidado à equipe pedagógica, uma vez que isto se torna essencial para garantir que a seja Educação Infantil mais humanizada, inclusiva e coerente com os direitos das crianças. Valorizar este profissional é, sobretudo, investir na qualidade do atendimento e na promoção de uma infância respeitada em sua singularidade, potencialidade e necessidade.

## **6. REFERÊNCIA:**

ANJOS, Mércia Cristina Borges dos; LOCATELLI, Arinalda Silva. O brilho entre cuidar e educar a partir do olhar de monitores e professoras de creche. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v.8, 2023.

BAMPI, Maria Luísa Furlin; SCHINDHELM, Virginia Georf. Resistência e autonomia na educação infantil. **Revista Aleph**, n.32, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº8069, de 13 de julho de 1990..

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.27833, 23 dez.1996.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil/Secretária de Educação Básica-Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

OURO PRETO (MG). lei nº 21, de 14 de março de 2006. Dispõe sobre a criação de cargos públicos para a Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Ouro Preto**, Ouro Preto, 2006.

OURO PRETO (MG). lei nº 76, de 15 de julho de 2010. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Ouro Preto**, Ouro Preto, 2010. Disponível em: <het://[www.ouropreto.mg.gov.br/legislação](http://www.ouropreto.mg.gov.br/legislação)>.

Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica um Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA. Gani oliveira; BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. Formação das monitoras das creches públicas de Vitória da Conquista-a: uma análise do programa de formação de professor da educação básica. In VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional de Políticas, Gestão e Práxis Educacional, Vitória da Conquista, 24-27. Anais eletrônicos... Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoesteda Bahia, 2017. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7304/-7081>.

ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. Interação mãe-criança: enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos. Estudos de Psicologia (Natal), Natal, v. 7, n.2, p. 399-406,2002. Disponível em: hutus/[doi.org/10.1590/S1413-294x2002000200021](https://doi.org/10.1590/S1413-294x2002000200021)